

©Copyright, 2006. Todos os direitos são reservados. Será permitida a reprodução integral ou parcial dos artigos, ocasião em que deverá ser observada a obrigatoriedade de indicação da propriedade dos seus direitos autorais pela INTERFACEHS, com a citação completa da fonte. Em caso de dúvidas, consulte a secretaria: interfacehs@interfacehs.com.br

A GRANDE PROPRIEDADE NA AMAZÔNIA E A DESPREOCUPAÇÃO COM OS TRABALHADORES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE MUITOS LATIFÚNDIOS NO SUL DO ESTADO DO PARÁ

Vania Vaz

RESUMO

O artigo se propõe a apresentar parte dos fatos e informações trabalhados durante pesquisa (em andamento) sobre o histórico das transformações socioambientais que a região sul do estado do Pará sofreu a partir da implantação de vários latifúndios, desde a década de 1960, melhorados e equipados com subsídios do Estado. Infelizmente, além dos graves e violentos conflitos agrários, constantes na região, outro aspecto chocante foi o número de trabalhadores resgatados em condições degradantes ou análogas à de escravo em diversas fazendas da região. Um grande número de trabalhadores era contratado principalmente durante o processo de formação, ou durante os trabalhos de roçado para manutenção das pastagens, já que a região construiu também uma identidade como “promissor” pólo de produção de carne bovina.

Palavras-chave: Amazônia; Pará; latifúndio; trabalho.

O presente artigo é um ensaio que pretende propor um olhar de forma interdisciplinar sobre questões básicas de saúde e segurança do trabalhador, mais especificamente, a falta de ambos, e o histórico da formação das grandes propriedades rurais do interior do Pará. Vamos focar a exploração da mão-de-obra de trabalhadores na região sul do estado do Pará, principalmente no processo de abertura dessas fazendas, nas décadas de 1970 e 1980, quando a exploração da força de trabalho esteve diretamente ligada aos altos índices de desmatamento, numa área de transição entre os biomas Cerrado e Amazônico.

Tornou-se possível pensar nessa temática a partir de uma pesquisa mais ampla que busca refletir sobre o histórico e a transformação dos latifúndios que fincaram fortes raízes na região, “impondo” profundas mudanças à população e ao meio ambiente. O trabalho dessa pesquisa é desenvolvido nos municípios de Conceição do Araguaia, Redenção, Rio Maria, Xinguara, Pau D’Arco, Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Cumaru do Norte, dos quais os três últimos geralmente aparecem nas listas divulgadas pelo Inpe como campeões em desmatamento.

Foram grandes os impactos e transformações que todo o sul paraense recebeu em apenas cinquenta anos. E a partir da década de 1970, quando a pecuária extensiva se tornou a principal atividade econômica da região, com a implantação dos grandes empreendimentos alavancados com incentivos fiscais, surgiram os impactos ambientais mais significativos, ensejando também alterações e rupturas quanto ao modo de vida de todos que até então ali viviam.

O trabalho central da pesquisa tem o intuito de ampliar o conhecimento sócio-histórico do sul do Pará, a fim de expandir a discussão sobre a grande propriedade rural no Brasil, bem como a expansão e a atuação da grande propriedade rural na Amazônia. Busca-se fomentar o debate sobre a despreocupação da maioria dos proprietários com o desequilíbrio do ambiente e analisar o desrespeito à legislação ambiental e trabalhista, ponto alto nas últimas duas décadas.

OS LATIFÚNDIOS

O formato da propriedade rural muda e se transforma de acordo com os novos potenciais econômicos, mas o latifúndio ainda é muito presente e dominante na vasta

região do sul paraense. Desmatamento, formação de novas fazendas, trabalho escravo ou degradante, grande fluxo migratório de mão-de-obra e falta de políticas públicas compõem o quadro da região.

O contexto da “primeira ocupação” da região sul paraense no final do século XIX teve como personagens principais os religiosos dominicanos franceses e pequenos fazendeiros nordestinos, estes últimos interessados em ocupar terras as quais ofereciam abundância de pastagem nativa e água para a criação de gado. Assim, os ribeirinhos ocupavam as margens do rio Araguaia, sobrevivendo da pesca, caça e produção da farinha de mandioca, para consumo e um pequeno excedente destinado à venda em núcleos mais povoados, como o de Conceição do Araguaia. Os pequenos fazendeiros, de origem nordestina, ocupavam o interior, onde a vegetação típica era mais abundante e mais propícia para a criação de gado de maneira extensiva, interagindo e interferindo de modo muito sutil no meio ambiente.

Há relatos desse perfil de migração em vários clássicos da História do Brasil, como por exemplo, Nelson Werneck Sodré. Esses estudiosos mostram que vários grupos saíram das mais diversas cidades nordestinas, atravessaram o estado do Maranhão e chegaram ao norte do estado de Goiás, hoje estado do Tocantins; parte dos migrantes chegou à margem paraense do rio Araguaia, nas proximidades do povoado que originou a cidade de Conceição do Araguaia.

Quanto ao processo de ocupação mais recente, o sul do Pará, com quase 60 mil km², passou a ser procurado por investidores de diferentes lugares do Brasil, oriundos principalmente dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Num segundo momento essa ocupação se deu por empresas nacionais e de capital estrangeiro, como o Grupo Bradesco e a Volkswagen, que adquiriram grandes fazendas na região, como um pólo para a pecuária:

Desdobram-se em Conceição alguns efeitos dos mesmos movimentos econômicos e políticos que haviam propiciado a criação de Brasília e a construção da rodovia Belém-Brasília. A essas novas condições, somavam-se em seguida os incentivos e apoios financeiros, políticos e outros, de agências governamentais como a Sudam ... Fortes grupos econômicos do sul do país, para ser mais preciso de São Paulo, em sua maioria, que haviam adquirido do governo do estado anterior ao da

Revolução de 1964 os títulos de enormes extensões de terras, se sentiram atraídos pelas excelentes ofertas e facilidades proporcionadas pelos incentivos fiscais e para aqui se deslocaram investindo maciçamente grandes somas de capital, no setor agropastoril. (IANNI, 1978, p.99)

Nos municípios do sul do Pará não houve grandes projetos de assentamento de famílias ou colonos, os quais ocuparam muitas regiões do norte do Brasil através de “incentivos” do Estado. Diferentemente da trajetória de várias famílias que receberam apenas os lotes de terra em projetos de colonização na Amazônia, principalmente às margens da Transamazônica, as grandes propriedades, fazendas e empresas agropecuárias logo passaram a receber constantes incentivos, com valores monetários bem significativos, como por exemplo, os projetos de financiamento para “melhoria-modernização” de suas propriedades através da Sudam.

A instalação de produtores de gado e de empresas com alto poder aquisitivo e influências para arrecadar ainda mais subsídios é um dos principais pontos relacionados à necessidade de escrever sobre a ocupação da região. Além de uma reflexão sobre as ações de muitos empreendedores – diga-se de passagem, nada planejadas – quanto à sustentabilidade das imensas áreas de florestas transformadas em pastagens artificiais. Um aspecto importante marcou a grande maioria desses empreendimentos: a exploração de mão-de-obra oriunda do interior do Nordeste, do estado de Tocantins e de algumas pequenas cidades do interior do próprio Pará, em busca das “boas oportunidades” de trabalho na nova frente de expansão que se formava.

É claro que os ciclos econômicos do ouro e da madeira ajudaram a movimentar a economia da região. Entretanto, a geografia, o clima e demais condicionantes propiciaram a implantação das extensas áreas de pastagens artificiais. A proximidade com as regiões do norte dos estados de Mato Grosso e Goiás, atual estado do Tocantins, ajudou a acelerar a transformação desse espaço com prioridade ao incremento da concentração fundiária.

O Pará, em especial a região sul do estado, foi uma das regiões que mais receberam incentivos fiscais depois da criação da Sudam:

Neste ponto cabe registrar que a Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953 do governo federal, havia criado a Superintendência do Plano de

Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) com a finalidade de diagnosticar a problemática econômica e social da região, propor soluções e administrar a sua execução.¹ No dia 27 de outubro de 1966, através da Lei nº 5.173, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), absorvendo totalmente a SPVEA e redefinindo a compreensão da problemática da região. Assim, em 1966 a Sudam e o Basa passam a ser os principais órgãos do governo federal para a formulação de diagnósticos e adoção de medidas econômicas para o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia. (IANNI, 1979 p.36-37)

Contudo, se formos confrontar essas informações com o mapeamento da região através de imagens de satélites, iremos identificar enormes áreas de derrubadas de florestas nativas. Antes se faz necessária uma rápida retrospectiva sobre a política e a economia tendo como foco o estado do Pará:

A política econômica da Administração Federal na Amazônia Legal, desde a criação da Sudam até o fim do regime militar (1985) pode ser dividida em três fases diferentes, ainda que todas elas alimentadas pela idéia da Amazônia como território vazio a ser ocupado. A primeira foi pautada pela mudança na política de incentivos fiscais de 1965, que ampliava a política de substituição de importações, até então restrita às atividades industriais, para os projetos agropecuários. Incentivavam-se as atividades agrícolas destinadas aos mercados regional, nacional e internacional, com o intuito de diminuir na região a preponderância das atividades extrativas e da agricultura de subsistência ... Na segunda fase, entre 1970 e 1974, durante o mandato na presidência da República do general Garrastazu Médici, foi dada a prioridade aos projetos de colonização da Transamazônica, aos projetos energéticos e à ampliação da rede viária terrestre ... Na terceira fase, a partir de meados dos anos 70, o governo federal, em substituição ao modelo cepalista que inspirou as práticas da SPVEA, orientou sua intervenção econômica com base nas vantagens comparativas de que dispunha a Amazônia em relação a outras regiões do país, para contribuir ao desenvolvimento econômico nacional. Ainda que

“ambos os modelos” tivessem como meta favorecer a interação econômica da Amazônia à economia nacional, durante o mandato na presidência da república de Ernesto Geisel (1974-1979), foi claramente definida qual seria a especialização econômica à qual seriam destinados os diferentes espaços intra-regionais da Amazônia brasileira, dando-se prioridade ao incremento da concentração fundiária na região e, sobretudo, aos investimentos destinados a criar a infra-estrutura que demandavam os projetos minero-metalúrgicos, além da escolha das áreas ou municípios da Amazônia Legal que seriam objeto de especial interesse do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais-Polamazônia. (PEÑARROCHA, 1998, p.64-65)

Pode-se dizer que, inicialmente, o sudeste paraense passou por ciclos econômicos semelhantes às demais regiões do estado. Primeiramente, o ciclo da borracha, talvez o mais expressivo da economia do norte do Brasil, e mais tarde o ciclo da castanha-do-pará, durante o qual a região sudeste, em especial a cidade de Marabá, tornou-se um grande pólo de comércio com as “oligarquias da castanha”.

A partir da década de 1970 a pecuária extensiva se tornou efetivamente a principal atividade econômica da região. Assim, a implantação das grandes fazendas na região não causou somente o impacto ambiental, mas transformações e rupturas quanto à cultura pastoril do sertanejo, o modo de vida dos ribeirinhos e das tribos indígenas. Além de chamar a atenção como um novo lugar de expansão, agregando um número muito significativo de migrantes.

De certa forma, muito antes dos incentivos fiscais e das especulações imobiliárias, a região já passava por um lento processo de tentativa de mudança na cultura pastoril existente. Há registros de tentativas de melhoramento de rebanho, até mesmo com o cultivo de pequenas áreas de pastos artificiais. É evidente que se torna tensa a discussão se essa região devia ou não sofrer tais processos de “ocupação” com os conseqüentes impactos e transformações, principalmente a partir de 1970. De um lado, defensores do desenvolvimento econômico a qualquer custo; de outro, os defensores da preservação do ambiente.

TRABALHO ESCRAVO X DESMATAMENTO

Para iniciar a implantação das grandes fazendas e empresas agropecuárias na região foi necessário um volume grande de mão-de-obra, até mesmo pelo fato de que muitos pioneiros se orgulham em dizer “que tudo era feito no machado, motosserra não existia. Era machado”. Naquele momento, as condições eram bem diferentes das atuais; hoje, os responsáveis por derrubadas ilegais possuem inúmeros recursos. Muitos dos serviços de derrubada de floresta atualmente são realizados com ajuda de máquinas, tratores e vários caminhões e estradas de acesso disponíveis. Não fazendo juízo de valor sobre *qual tipo* de derrubada seria o mais pertinente ou mesmo se seria pertinente, é importante ressaltar que esse primeiro modelo de trabalho na frente de expansão e “desenvolvimento” usou como motor para exploração o suor de muitos trabalhadores. Um suor muitas vezes não valorizado, sequer remunerado com valores mínimos e razoáveis.

Muitos dos latifúndios na região norte do Brasil, em especial no sul do estado do Pará, inicialmente concentraram-se nas áreas de florestas, próximas à região de transição entre o cerrado e a floresta primária, e a difusão desses gerou um expressivo impacto:

O desmatamento na Amazônia Brasileira está concentrado em uma faixa que se estende pelo sul da região, desde o Maranhão até Rondônia. Este setor é comumente denominado “arco do desmatamento”, e foi renomeado pela dra. Bertha Becker, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como “Área de Consolidação e Recuperação” ... A maior causa da perda de biodiversidade na Amazônia é o desmatamento, ou seja, a substituição de florestas hiperdiversas por sistemas ecológicos simples, dominados por algumas poucas espécies. Estudos demonstram que o desmatamento tal como é feito hoje raramente traz benefícios para a população rural, gerando pobreza, conflitos sociais e agrários. Em contrapartida, o desmatamento leva à perda de biodiversidade, solo, recursos hídricos e abre a região para a expansão de incêndios de grandes proporções e de doenças causadas pelo desequilíbrio ambiental. (REVISTA ECO, n.21, 2003)

O termo “arco do desmatamento”, bem aplicado por estudiosos da área, passou também a representar a área do “arco do desenvolvimento sustentável”, este último termo

sugerido pela então ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, em um de seus discursos. Essa enorme região do “arco”, composta por 524 municípios, possui uma população em torno de 10 milhões de habitantes, concentrando uma grande biodiversidade. Contudo, o maior impacto é o grande índice de desmatamento, quase em sua totalidade causado pela implantação do agronegócio. Daí a preocupação quanto a projetos de desenvolvimento sustentável, relações de trabalho e desenvolvimento de políticas públicas na região. Infelizmente, junto a todos os problemas ambientais gerados na região, há também muitas questões sociais relevantes, principalmente os graves conflitos agrários e os contínuos flagrantes de trabalho escravo:

Pesquisa que será divulgada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostra que o foco do trabalho escravo no Brasil se localiza exatamente no “arco” do desmatamento da Amazônia – região da fronteira agrícola do país e com a presença direta do agronegócio ... O estudo, coordenado pelo cientista político e jornalista Leonardo Sakamoto e com a participação do Instituto de Apoio à Pesquisa da Universidade de São Paulo, cruzou os dados do trabalho escravo com imagens de satélite do desmatamento na Amazônia. Entre janeiro de 2002 e novembro do ano passado [2004], 118 municípios tiveram libertação de trabalhadores, na linha que sai de Rondônia, passa pelo norte do Mato Grosso e Tocantins, sul do Pará e oeste do Maranhão, com 9.252 trabalhadores escravos encontrados. A pesquisa também informa que os conflitos com mortes de trabalhadores rurais coincidem com os flagrantes do trabalho escravo realizados pelos Grupos Móveis de Fiscalização do Ministério do Trabalho ... Das ações de libertação de trabalhadores escravos, cerca de 80% estão vinculadas à pecuária, justamente o setor que mais desmata as regiões da fronteira agrícola. O estudo do Banco Mundial reconhece que a pecuária é o maior vetor de desmatamento na Amazônia. (MILANI, 2005)

Estudar a formação de algumas dessas propriedades rurais na Amazônia Legal contribui para as reflexões e demais estudos sobre a grande propriedade rural no Brasil, as brechas nas fiscalizações e muitas vezes nas próprias leis que regem nosso sistema. A destruição de florestas, o abuso do poder nas relações de trabalho e a grande

propriedade rural – em algumas situações improdutivas e sem nenhuma atenção à proteção ambiental – são ações do homem, porém este muitas vezes se aproveita ou é beneficiado pelo próprio sistema.

A partir do momento da consolidação dessas propriedades, havia muitas barreiras a serem vencidas: a distância, a dificuldade de acesso e principalmente a necessidade de uma vasta quantidade de trabalhadores para realizarem os trabalhos. Essa trajetória é muito clara na memória daqueles que podemos denominar como “pioneiros” dessa região. Neste momento é importante abrir parênteses para afirmar que, assim como existem grandes propriedades rurais com perfis adequados de produção e relação socioambiental, infelizmente sempre houve um grande grupo que nunca viu na região outros aspectos além do econômico.

No momento em que houve a necessidade de um volume muito grande de trabalhadores, surgiu a figura dos “gatos”, empreiteiros que estabeleciam um contrato de trabalho com o proprietário da fazenda e usavam de várias estratégias para agregar o maior número possível de trabalhadores para atuar no Pará. Eram serviços voltados, principalmente, ao trabalho escravo, e é possível encontrarmos outras pessoas que ajudavam nesses processos. Havia auxiliares dos empreiteiros que se ocupavam em agrupar um grande número de homens das várias cidades interioranas nordestinas, com promessas de boas oportunidades de trabalho. Muitos deles usavam a tática de criar e manter uma imagem de “companheirismo”, principalmente bebendo e se divertindo em companhia dos trabalhadores. Havia também os pistoleiros, contratados para fazer a “segurança” do grupo durante o transporte e as estadas nos acampamentos, bem como nas frentes de serviço:

Homens contratados em outras regiões, para a abertura das fazendas de Santana do Araguaia e Conceição do Araguaia, tornavam-se temporariamente cativos. Não só perdiam o direito sobre a própria força de trabalho, mas deixavam de possuir direitos sobre si mesmos. Os empreiteiros se apoderavam do trabalho e da vida de terceiros, numa tentativa de transformá-los em mercadoria e de usufruir deles ao seu bel-prazer. Havia uma estrutura montada e articulada para que o trabalho obrigatório funcionasse desde o estado de origem dos contratados – normalmente uma região pobre, com abundância de mão-de-obra

desempregada. Um empreiteiro ou subempreiteiro lançava um convite pela rádio local ou por um carro-som, atraindo gente; pensões acolhiam pessoas e as repassavam para os *contratadores* que chegavam com seus caminhões. O aliciamento se fazia mediante promessas, sem se firmar qualquer documento, e contava com a conivência da força policial, tanto na própria cidade quanto na estrada. Pistoleiros eram constituídos em firmas empreiteiras, incorporavam outros pistoleiros e montavam um esquema que viabilizava a instalação das fazendas, com a derrubada das matas e a formação dos pastos. (FIGUEIRA, 2000, p.32)

É muito difícil expressar a saga dos vários trabalhadores que saíram de suas cidades no interior do Nordeste e partiram em direção ao sul do Pará. Em suas cidades, ainda na companhia de suas famílias, recebiam as propostas de trabalhos. Muito entusiasmados, eles mesmos procuravam o empreiteiro ou seus auxiliares, depois de ouvir o anúncio pela rádio da cidade ou pelo carro de som. Não se importavam com as denúncias de maus tratos e a libertação de alguns trabalhadores, que em alguns casos já tinham virado notícia e motivo de preocupação. Os aliciadores diziam que com eles tudo seria diferente e que iriam para outra região, distante daquela onde haviam ocorrido os fatos denunciados. Um número expressivo de trabalhadores era enganado com falsas promessas e caía nas armadilhas que em breve os colocariam em situações humilhantes e degradantes, tornando-os escravos em pleno final do século XX.

Há algo muito forte que os condicionava a tentar essas “oportunidades”: a falta de qualquer tipo de trabalho da região onde moravam e a expectativa de trabalho. Possivelmente todos insistissem no sonho de melhorar suas condições de vida num local distante dali.

Esse assunto sempre causa certo impacto tanto pelas fortes e reais imagens apresentadas dos cativeiros descobertos, como principalmente pela contemporaneidade de tais notícias. O impacto maior está na constatação de que nos dias atuais ainda há um total descaso com o ser humano, e que a grande motivação para tal descaso é uma mescla entre o interesse por maior lucro nas atividades econômicas e a falta da presença real do Estado no interior do Pará, em diversas esferas: saúde, educação, segurança etc.

O ambiente de miséria e fome no qual se dava a contratação era o Nordeste, principalmente o Maranhão. Ali, os homens, conforme Lopes, eram “atraídos por boas ofertas de trabalho e, chegando ao local, enganados nos gastos com a cantina e acertos finais”, ficavam “em débito”. Aliás, a fraude não era complicada, pois os trabalhadores tinham dificuldade em calcular seus gastos, por serem analfabetos. E se fossem capazes de refazer os cálculos e constatar a fraude, havia ainda o argumento da arma de fogo que respaldava o cantineiro e o empreiteiro. (FIGUEIRA, 2000, p.35)

Assim, alguns funcionários dessas empreitadas se feriam, ou pior, chegavam a morrer durante as longas e intensas jornadas de trabalho. Muitos seguiam o ritmo que lhes era imposto por medo de não receberem o dinheiro que lhes fora “prometido”, e, é claro, pelo medo de castigos físicos, como surras e espancamentos, cenas que muitos trabalhadores libertados relatam em suas memórias sobre o que ocorria no cotidiano nos acampamentos.

Geralmente os grupos não eram pequenos, podiam ter mais de uma centena de trabalhadores, e destes há uma porcentagem mínima que tentava a arriscada opção de escapar à situação: a fuga. Porém, quando eram pegos pelos pistoleiros que faziam a segurança do acampamento, justamente para que não ocorressem fugas, sofriam fortes castigos ou eram mortos, pois assim se tornavam exemplos claros de como os demais do grupo deveriam se comportar. Mas, foi graças a esses homens corajosos que tiveram êxito em suas fugas que muitas denúncias de acampamentos – verdadeiros cativerios – foram inspecionados, e os responsáveis, autuados. O Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Escravo, subordinado ao Ministério do Trabalho, e representantes de outros órgãos públicos conseguiram fazer significativas autuações.

Contudo, é importante ressaltar que nem sempre as denúncias foram verificadas. Às vezes isso acontecia pela morosidade de autoridades em se articularem para o flagrante; quando estas chegavam ao local denunciado, os trabalhadores haviam sido transferidos ou simplesmente mandados embora, perdendo até mesmo a possibilidade de receber pelos trabalhos já realizados.

Nessas situações torna-se até mesmo um pouco inconveniente clamar por questões relacionadas à segurança do trabalho, seja a falta de utensílios básicos de

segurança para fazer um roçado, seja o trabalho por horas sob sol intenso sem ter sequer água potável. Em linhas gerais as condições de todos os trabalhadores evoluíram muito nos últimos anos, mas cada vez que há um flagrante de trabalho escravo parece que toda a luta e as conquistas já alcançadas não se realizaram por aprimoramento na relação trabalhador/empregador, apenas por adequação a partir de imposições, principalmente jurídicas:

O grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego, entre 1995 a 2001, libertou mais de 3.400 trabalhadores rurais encontrados em condição de trabalho escravo. Somente no primeiro semestre de 2002, foram libertos 940 trabalhadores nessas condições. Segundo estimativas da Comissão Pastoral da Terra (CPT), existem pelo menos 10 mil trabalhadores atualmente sob o jugo do trabalho escravo. (*Aperfeiçoamento Legislativo para Combate ao trabalho escravo*: Oficina de Trabalho. Brasília: OIT; Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, jun. 2002, p.12)

A prática é condenada internacionalmente, como demonstram as convenções ou acordos que o Brasil ratificou e promulgou. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), “Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos são proibidos em todas as suas formas ... Toda pessoa tem o direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho...”. A proibição também consta da Convenção das Nações Unidas sobre escravatura (1926), com ementas introduzidas pelo Protocolo de 1953 e Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura (1956); convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1930) – sobre Trabalho Forçado, e Convenção nº 105 da OIT (1957) – ... No plano interno, a Constituição Federal condena veementemente o trabalho forçado, ao estatuir como fundamento da República Federativa do Brasil “a dignidade humana” (art. 1º, III) e “os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa” (art. 1º, IV); e estabelecer entre os direitos e deveres individuais e coletivos a garantia de que ninguém será submetido à tortura nem a

trabalho desumano ou degradante (art. 5º, III), garantindo ainda liberdade para o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais estabelecidas em lei (art. 5º, XIII). Ademais, nas relações internacionais, o Brasil observará o princípio da “prevalência dos direitos humanos” (art. 4, II). (*Aperfeiçoamento legislativo para combate ao trabalho escravo*, 2002, p.4)

Há densos e reflexivos trabalhos escritos sobre trabalho escravo no Brasil, e este artigo não pretende ser uma referência nesse tema. Contudo, a presente pesquisa propõe a tentativa de uma discussão sistêmica sobre a migração do interior do Nordeste brasileiro para a região sul do Pará, diante da falta de condições mínimas a que esses trabalhadores se sujeitavam – a difícil relação entre trabalhador e empregador. Este último fator ainda está presente na região, em esferas mais amenas, entre os trabalhadores da cidade e do campo:

“No Pará, a atuação do Estado na realização da reforma agrária sempre foi insuficiente. O governo utiliza suas instituições para barrar aqueles que tentam democratizar o acesso à terra”, afirma Charles Trocate, da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Segundo ele, a concentração fundiária na região Amazônica é uma das piores do Brasil. O modelo agrícola implantado na região baseia-se no agronegócio que, ao investir na “modernização” da produção agrícola por meio da monocultura, gera altos índices de violência, assassinatos, trabalho escravo, grilagem de terras públicas, desmatamento e exploração ilegal de madeira, diz Trocate ... “A tarefa produtiva que a Amazônia cumpre hoje é a de servir de espaço para que o Brasil reafirme sua condição de grande exportador para o mercado mundial”, avalia Aloísio Leal, professor da Universidade Federal do Pará e pesquisador do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, que prevê, como consequência para a região, “uma devastação imprevisível”. (AGÊNCIA NOTÍCIAS DO PLANALTO, acesso out. 2008)

Infelizmente, os dados levantados entre os próprios trabalhadores resgatados tornam nítida a falta de oportunidades em suas localidades de origem. Baixos índices de escolaridade e falta de qualificação os impedem de tentar oportunidades de trabalho em outros pólos econômicos do país. Com a escassez de empregos regulares, eles aceitam se incorporar ao grande número de mão-de-obra barata no interior do Pará, como se não bastasse, sujeitando-se muitas vezes a condições precárias de trabalho:

De acordo com os relatórios das equipes móveis efetuadas no período de 1997 a 2002 no Sul e Sudeste do Pará, a idade média dos peões ficava ao redor dos 33 anos. Mais da metade deles (55,7%) tinha entre 18 e 35 anos, e a grande maioria (84,4%) possuía menos de 45 anos – em razão da necessidade da força física exigida pelo trabalho que executam. Contudo, as equipes móveis encontraram 15,6% dos trabalhadores com mais de 45 anos, sendo que 5,7% tinham mais do que 55 anos. Menores de idade também foram flagrados no trabalho (5,2%); dessa porcentagem, 2,2% tinham menos de 14 anos. Do total de trabalhadores resgatados, a maioria absoluta (91,5%) era migrante. Naturais do estado do Pará somavam apenas 8,5%, na maioria dos casos, jovens nascidos na região (em municípios como Redenção, Conceição do Araguaia e Marabá), oriundos de famílias que migraram para o Pará nas décadas de 1970 e 1980. (SAKAMOTO, 2006, p.49-50)

Pelos dados percebe-se que tratamos de um grande número de trabalhadores em idade ativa e excluídos de qualquer outro tipo de oportunidade. Sendo assim, eles se arriscam em aceitar uma proposta de um empreiteiro pela possibilidade de mudança, pela tentativa de se inserir como trabalhadores formais na fazenda que iriam ajudar a instalar. Sujeitar-se ao emprego informal com todos os riscos e condições, mesmo na condição de cativos, é acreditar no sonho, na oportunidade, na possibilidade do trabalho fixo:

Atualmente no debate sobre trabalho informal, existe uma série de termos utilizados, como 'setor não-estruturado da economia', 'setor não organizado', 'setor não-protégido', 'subemprego', 'desemprego disfarçado', 'estratégia de sobrevivência', demonstrando a existência de diferentes

visões e avaliações sobre esse setor, principalmente no que diz respeito às causas do crescimento desse setor na economia. O termo “Setor Informal” foi criado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e utilizado pela primeira vez em 1972, nos relatórios sobre Gana e Quênia, elaborados no âmbito do Programa Mundial de Empregos. Esse relatório descrevia que nessas localidades, mais grave que do que o problema do desemprego, era a existência de um grande número de “trabalhadores pobres”, ocupados em produzir bens e serviços sem que suas atividades estivessem reconhecidas, registradas, protegidas ou regulamentadas pelas autoridades públicas. (MENDES; CAMPOS, 2004, p.210)

Muitas vezes, a própria condição em que se encontra a pessoa que aceita um trabalho informal abre precedente para o abuso. Aos olhos de muitos, esses “empregadores” passam a imagem de que fazem realmente um favor aos cidadãos ao lhes proporcionar tal “oportunidade” de trabalho. As condições difíceis devem-se, segundo eles, ao próprio local, à distância, e não ao descaso em oferecer qualquer estrutura mínima para os trabalhadores.

O que mais impressiona é que mesmo em fazendas nas quais não houve denúncias e flagrantes de trabalho escravo, todos têm demonstrado uma postura de não criticar quem praticava tais irregularidades. Um grande número de propriedades, com mais ênfase na década de 1990, teve problemas com o Ministério do Trabalho pela falta do cumprimento da legislação trabalhista, principalmente no momento de dispensar os serviços dos trabalhadores.

Nenhum dos fazendeiros que forneceram os depoimentos dos quais se apresentam, aqui, alguns trechos, tiveram processos jurídicos com acusações de trabalho escravo em suas propriedades. Porém, infelizmente, demonstram o mesmo pensamento de um grande grupo de fazendeiros em relação à imagem desses trabalhadores. E, quanto ao trabalho degradante ou em condição análoga à de escravo, não se consideram como partes integrantes desse processo, pois afirmam que todos terceirizavam tais serviços aos empreiteiros – os “gatos”:

Aí é o seguinte, é coisa de gato, com certeza coisa de “gato”, porque naquele tempo você pegava um trabalhador e ele te levava para o

Ministério, nem tinha essas coisas ... nem em Conceição nem em Marabá não tinha essas coisas, só tinham em Belém, então acontecia não era bem assim escravidão, escravidão eles inventaram. Eles pagavam o Gato,¹ pegava aquele número de trabalhadores que a gente precisava e levava e colocava na fazenda, a gente fazia o contrato com o gato como hoje ainda é feito aqui [estado de São Paulo]. Com a questão da cana, na questão do algodão, é a mesma coisa, é o tipo de trabalho temporário. Porque empreitava com o Gato e Gato subempreitava com esse povo. Só que às vezes o Gato não cumpria com esse povo o acordo, vendia mercadoria muito cara, no fim das contas para esse pessoal, no fim das contas matava o saldinho quando chegava no fim do ano, no fim do serviço, isso acontecia muito, isso acontecia demais, aí a fazenda pagava, mas pagava para o Gato. (Fazendeiro 2, nov. 2006)

Para os fazendeiros a figura do “gato-empregador” é que é o grande vilão da história. O fato de pagarem a ele todo o serviço combinado foi uma forma de não se responsabilizarem por tudo o que ocorria com os trabalhadores em suas propriedades. O trecho citado dá a exata dimensão disso. Muitos conheciam toda a dinâmica, mas torna-se difícil afirmar que viam ou não, participavam ou não, pois nem todos os proprietários estavam presentes constantemente no momento de formação de suas propriedades. Mas é possível afirmar que houve realmente um consenso, como se fossem naturais essas condições degradantes.

Os fazendeiros que nos concederam entrevistas também concordaram em falar de outras questões bem delicadas, como invasões de terras e desapropriações. Narraram com a legitimidade de quem realmente observava o modo como funcionavam as tarefas dos trabalhadores na maioria das demais fazendas da região. Porém, há algo além da não valorização do trabalho, muito presente na fala da maioria dos fazendeiros, que é a total ausência do respeito sociocultural, tanto pela origem dos trabalhadores como por suas condições de despreparo profissional e alto índice de analfabetismo. Os empregadores condicionam isso à exclusiva comodidade das pessoas.

¹ “Gato”: modo pelo qual tanto fazendeiros como trabalhadores geralmente vão se referir ao empregador.

Vinham do Maranhão, do Piauí. Tinha muita gente. Hoje está difícil de arrumar. Vinham caminhões de gente. Sujeito precisava, não tem nada lá ... Que nem esse negócio dos empreiteiros que abusavam, mas isso são outros quinhentos. Tem lá os que faziam suas trapaças, exploravam o trabalhador, mas os fazendeiros não faziam isso de jeito nenhum. Nós viemos de uma região civilizada. Ele explorava realmente, algum empreiteiro explorava realmente, mas não eram todos não. Tinha muito empreiteiro bom. Honesto. Mas tinha aqueles safados. Tinha até matador de gente. Era um recanto de gente ruim mesmo. Era quase todo dia, tinha um crime em Redenção. Todo dia. Então para enfrentar esse povo era difícil. (Fazendeiro 1, out. 2006)

Eu levei gente do sul e contratarei lá também. Eu tive vários administradores, mas no Pará eu sempre tive administradores ruins. Roubavam muito da gente. Mas sempre funcionou, com dificuldade, mas eu sempre, a gente sempre estava lá. Mas era muito difícil lá, o povo não sabia nada, não tinha assim mão-de-obra especializada. Carpinteiro, nada disso. Sujeito era só braçal, só. O sujeito não sabia fazer nada. Só sabia trabalhar com foice. Mas era difícil, aí foi devagarinho melhorando. (Fazendeiro 1, out. 2006)

Uma linha muito tênue separa as diferentes designações das condições de trabalho: “degradante”, “análoga à de escravo” etc. Porém, a forma como vários trabalhadores eram vistos no imaginário desses “pioneiros” é algo surpreendente, uma vez que estes pensam não só nas relações de trabalhos, mas na relação entre humanos:

Eu levava todo mês para lá um caminhão cheio, e abastecia a fazenda. Tinha muita gente. Muita malenta.² Eu fui numa ocasião no mês de abril e corria a derrubada lá na fazenda. Aí falaram: “Mês que vem acaba”. Aí, vim embora. Aí fui para lá no outro mês, estava no mesmo jeito. Tinha umas oitenta pessoas trabalhando e tudo malenta. Veja aí o problema. O que eu iria fazer com um homem maleita. Ele sara porque eu

² “Malenta”: modo pelo qual o entrevistado se referia às pessoas com malária/maleita.

corto a febre dele, mas o sujeito fica fraco demais, aí não serve. O que eu fiz? Eu pagava o pessoal, mandava embora e ia buscar mais gente. Que tudo era feito no machado, motosserra não existia. Era machado. Aí chegava gente nova para continuar a derrubada. Era tudo muito difícil, não tinha nada lá, o povo era muito atrasado lá. (Fazendeiro 1, out. 2006)

No momento em que expunha sua relação com os trabalhadores, é claro que esse senhor não poderia deixar de afirmar que todos tinham alimentação e recebiam por seus serviços. Entretanto, mesmo fazendo as coisas “certas” pelo seu ponto de vista, não deixa de menosprezá-los por suas condições, mencionando até mesmo que eram “atrasados” para justificar a falta de produtividade, no seu ponto de vista.

É uma relação direta, mas poucos são os trabalhos que realmente analisam o fato de que as primeiras levadas de grandes derrubadas na Amazônia foram realizadas por um tipo de trabalho tão sofrido. Ao mesmo tempo em que a floresta caía, a confiança e os sonhos de muitos trabalhos caíam também. Foi nessa relação tão sofrida para muitos que se consolidou o mito de derrubar a floresta para levar o “progresso”, o “desenvolvimento” para a Amazônia.

O destaque mundial obtido pelas denúncias confirmadas de trabalho escravo no estado do Pará, apontado como o recordista brasileiro,³ é muito negativo para vários pecuaristas do sul do estado, pois a pecuária é vista como a principal atividade onde se encontrou trabalho escravo (AQUINO, 2006). Essa constatação superou com folga outros tipos de atividades que já enfrentaram denúncias, como as colheitas da cana-de-açúcar e do algodão.

Com isso, há certa preocupação entre a maioria dos produtores em omitir tal dimensão do problema:

O negócio é o seguinte, sobre o trabalho escravo. O sujeito ia para a mata, não existia nada. Não tem casa, não tem nada lá, só um barraco

³ “O Pará é o estado recordista, com aproximadamente 35% dos casos. Em segundo lugar está o Tocantins, com 20%; e em terceiro, o Maranhão, com 19,9%, sendo este último apontado como o principal fornecedor de mão-de-obra às fazendas em que essa prática existe. No Pará, este ano, já foram libertados 1.544 trabalhadores, que significam 46,5% do total registrado pelo Grupo Móvel de Fiscalização e Combate ao Trabalho Escravo. No ano passado, foram 1.189 trabalhadores libertados. No Brasil, há 192 empresas na ‘lista suja’ das que adotam a prática. Dessas, 50 são empresas paraenses, ou 26% do total.” (Site da PFDC, ago. 2007).

para o sujeito ficar. Isso é trabalho escravo? Agora querem que até dê água filtrada. Não tem jeito. A gente ficava debaixo das árvores com eles. Que negócio é esse. Isso é um absurdo! Trabalho escravo! Isso é um absurdo! Não tinha nada ... Tinha condições diferentes, não tinha nada. O sujeito ia no mato, só mato. Ia lá para derrubar o mato e fazia isso. Era um rancho mesmo. A aí isso é um absurdo! Esse negócio de trabalho escravo! (Fazendeiro 1, nov. 2006)

Em trabalhos que destacam aspectos da região exclusivamente voltados para os conflitos agrários e para a questão do trabalho escravo, ficam transparentes as reais condições em que a grande maioria dos trabalhadores era aliciada e levada até a região:

O itinerário de viagem, cuidadosamente planejado pelo aliciador, muda conforme as condições das estradas e as ações da Polícia Rodoviária, do Ministério do Trabalho e do Ministério Público, ou pelas denúncias empreendidas pelos Sindicados dos Trabalhadores Rurais e pela Comissão Pastoral da Terra. Dos anos 70 até meados da década seguinte, era comum o transporte ser realizado em caminhões que possuíam uma lona utilizada somente quando o veículo passava pela Polícia Rodoviária ... Quanto ao número de pessoas na carroceria do caminhão, variava. Em geral havia no mínimo 60 trabalhadores. À medida que a Polícia Rodoviária se tornou mais rigorosa com a fiscalização, houve mudanças ... Para burlar a vigilância do poder público, era mais fácil a utilização dos ônibus. Contudo, como aumentavam as denúncias, a Polícia Rodoviária fiscalizava ainda mais. Mesmo o transporte de ônibus sofreria controle maior. Os veículos eram multados, eram interditados, e os aliciadores tinham que explicar para onde levavam os trabalhadores e eram multados. Aos poucos, já nos anos 90, como a fiscalização na rodovia criava obstáculos e, também pelo preço mais favorável do transporte, criou-se uma nova estratégia. Os aliciadores passaram a utilizar com regularidade a ferrovia São Luis-Carajás ... No Maranhão tomavam o trem

para Marabá,⁴ onde um caminhão as aguardava e as levava à fazenda. (FIGUEIRA, 2003, p.70)

É claro que as normas a respeito das condições de trabalho sofreram alterações positivas, mas isso não se torna justificativa para o comportamento anterior em relação aos trabalhadores. Além de terem condições inadequadas para morar provisoriamente nos acampamentos, esses homens ficavam isolados de qualquer centro urbano. Em volta, apenas uma densa floresta que tinham de derrubar.

CONCLUSÃO

Como se mencionou desde o início, este trabalho é apenas uma primeira abordagem na tentativa de refletir de forma integrada sobre os latifúndios, as condições de trabalho nos processos de instalações dessas propriedades e a relação direta com as transformações do meio ambiente em razão dos desmatamentos de milhões de hectares nos últimos quarenta anos. A cada ano a pesquisa ganha mais fôlego, principalmente com o “unir” das peças desse imenso quebra-cabeça que é remontar parte do histórico da ocupação do sul do Pará. A pesquisa é difícil, pois as informações importantes se encontram isoladas em diversos lugares do país.

Em muitos municípios dos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins, encontram-se famílias de trabalhadores que partiram para o sul paraense em busca das “oportunidades” de trabalho que lhes eram oferecidas. Nem sempre esses homens retornaram para as cidades de origem, alguns chegaram a constituir outras famílias no Pará.

Muitos dos “empreiteiros-gatos” morreram, outros não estão mais na região ou se tornaram empresários ou fazendeiros e continuam no sul do Pará, mas não pretendem comentar a dinâmica que os relacionava aos trabalhadores. Estes são sempre denominados, tantos por eles, como pelos fazendeiros, como “peões”.

Os fazendeiros não gostam de falar sobre o assunto. Os poucos que aceitam se defendem e, logo de início, depositam toda a responsabilidade sobre os empreiteiros que

⁴ “O município de Marabá pertence à mesorregião Sudeste paraense. Uma obra importante na cidade é a Ponte Rodoferroviária, que atravessa o rio Tocantins com destino ao porto de Itaqui, no Maranhão, possui 2.310 metros de extensão e 19 metros de largura. Inaugurada em 1984, e administrada pela Companhia Vale do Rio Doce.” (Sepof-PA, Portal Amazônia, 6 fev. 2007 – KR).

contratavam. E, dos “pioneiros” que chegaram à região naquela época, um número mínimo ainda se encontra no Pará atualmente.

Os dados reais sobre acidentes e mortes durante esses trabalhos são difíceis de contabilizar em sua totalidade, não só pela própria situação irregular desses cidadãos, mas também pela falta de estrutura de órgãos que institucionalmente pudessem, ao longo dos anos, contribuir para o registro dessas informações.

Quanto aos reais índices de desmatamentos em todo o sul do Pará, que envolvem cerca de 60 mil km², são ainda números não confirmados. Infelizmente, a caracterização de toda essa região, realmente vista como crítica no aspecto ambiental, é muito recente, pois dados mais precisos surgiram apenas nas últimas duas décadas.

O desafio permanece, não em remontar uma história que focalize exclusivamente a destruição da floresta, mas em exaltar que questões culturais, sociais e ambientais sempre ficaram, principalmente no sul do Pará, em segundo plano diante das questões de “crescimento” e “desenvolvimento” econômico de um exclusivo grupo “privilegiado”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rogério Henrique. *Araguaia-Tocantins: fios de uma História Camponesa*. Belém: Coopat, 2006.

AZEVEDO, João Lúcio d'. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas Missões e a colonização*. Belém: Secult, 1999.

BARTHOLO Jr., Roberto; BURSZTYN, Marcel. *Amazônia sustentável: uma estratégia de desenvolvimento para Rondônia 2020*. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1999.

BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. Síntese do processo de ocupação da Amazônia: lições do passado e desafios do presente. In: FLEISCHFRESSER, V. (Org.). *Causas e dinâmicas do desmatamento na Amazônia*. Brasília: MMA, 2001. v.1, p.5-28.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Causa e dinâmicas do desmatamento na Amazônia*. Brasília: MMA, 2001.

BRITO, Daniel Chaves; BARP, Wilson José (Org.). *Violência e controle social: reflexões sobre políticas de segurança pública*. Belém: Ed. Universitária, Ed. UFPA, 2005.

CHAGAS, Maria Raimunda Mendes. *A modernização na selva: os conflitos agrários na área do Projeto Carajás*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – PUC-SP. São Paulo, 1999.

COSTA, Maria José Jackson (Org.). *Caminhos sociológicos na Amazônia*. Belém: Ed. Universitária, Ed. UFPA, 2002.

FERNANDES, Marcionila. *Donos de terras: trajetórias da União Democrática Ruralista (UDR)*. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)/EFPA, 1999.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida*. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural) – UFRJ. Rio de Janeiro, 2003.

_____. Por que trabalho escravo? *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v.14, n.38, p.31-50, jan.-abr. 2000.

_____. *Rio Maria – Canto da Terra*. 1.ed. Petrópolis(RJ): Vozes, 1993.

GRAZIANO, Xico. *O carma da terra no Brasil*. São Paulo: Girafa, 2004.

GUIMARÃES, Carlos Sousa de. *Trabalho cativo por dívida na Amazônia Paraense: um estudo sobre as relações sócio-jurídicas entre gatos, fazendeiros e trabalhadores rurais*. Dissertação (Mestrado em Direito) – UFPA. Belém, 2005.

IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1979.

_____. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1978.

KHOURY, Yara Aun (Org.). *Muitas histórias, outras memórias*. São Paulo: Olho D'água, 2004.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. A questão fundiária na Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.19, n.54, 2005.

MACEDO, Cátia de Oliveira. *Diferenciação sócio-econômica e campesinato: o caso dos assentamentos Cristo Rei, Ubá e Rio Branco no Sudoeste do Pará*. Tese (Doutorado em Geografia humana) – USP. São Paulo, 2006.

MELLO, Ricardo de Almeida. *A representação social dos direitos de exploração e uso do solo: um estudo psico-social da violência na Região Sul do Pará*. Mestrado (Psicologia Social) – PUC-SP. São Paulo, 1994.

MENDES, René; CAMPOS, Ana Cristina. Saúde e segurança no trabalho informal: desafios e oportunidades para a indústria brasileira. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, Belo Horizonte, v.2, p.209-233. jul.-set. 2004.

MOREIRA NETO, C. A. A cultura pastoril do Pau D'Arco. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Antropologia, n.10, mar. 1960.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 2002.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Trabalho escravo no Brasil do século XXI*. Coord. De Leonardo Sakamoto. Brasília, 2006.

ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1978.

_____. *Escravos da desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro: Cedi, 1994.

PEÑARROCHA, Pedro Petit. *Territórios & política & economia: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Tese (Doutorado em História Econômica) – USP. São Paulo, 1998.

SAYAGO, Doris; TOURRAND, Jean-François; BURSZTYN, Marcel (Org.). *Amazônia: cenas e cenários*. Brasília: Ed. UnB, 2004.

SILVA, Hermano Ribeiro da. *Nos sertões do Araguaia: narrativas da expedição às glebas bárbaras do Brasil Central*. 2.ed. São Paulo: Ed. J. Fagundes, 1936.

SILVA, Marilene Corrêa da Silva. *Metamorfose da Amazônia*. Tese (Doutorado) – Depto. de Ciências Sociais, Unicamp. Campinas (SP), 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VV.AA. *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Comissão Pastoral da Terra (CPT); Loyola, 1999.

Na internet

AGÊNCIA BRASIL. Trabalho escravo está dentro do “arco” do desmatamento na Amazônia. Texto: Aloisio Milani. www.brasiloeste.com.br/noticia/1390/trabalho-escravo-amazonia. 29 01 2005. Acesso: set. 2008.

AGÊNCIA NOTÍCIAS PLANALTO. A reforma agrária como solução. Disponível em: <http://64.233.169.104/search?q=cache:G7qDKr9keSgJ:www.brasildefato.com.br/>. Acesso: out. 2008.

AQUINO, Yara. Libertados do trabalho escravo são na maioria migrantes e homens. *Repórter da Agência Brasil*, 20 set. 2006. <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2006/09/20/materia.2006-09-20.2345709430/view>

BRASILIENSE, Ronaldo. Migração gera trabalho escravo no Pará. Disponível em: <http://64.233.169.104/search?q=cache:0ierpdJHW4QJ:www.sindicatomercosul.com.br/noticia02.asp%3Fnoticia%3D23219+%22trabalho+escravo,desmatamento%22&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=2&gl=br>. Acesso: out. 2008.

PFDC. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Portal ORM 26 de agosto de 2007. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/clipping/agosto/para-vai-ter-comissao-de-combate-ao-trabalho-escravo>. Acesso: out. 2008.

SEPOF-PA Portal Amazônia 06/02/2007 – KR http://74.125.45.104/search?q=cache:FmM5Rlo0bBQJ:portalamazonia.globo.com/artigo_a_mazonia_az.php%3FidAz%3D615+%22+Marab%C3%A1,+munic%C3%ADpio%22&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br Acesso em outubro de 2008.

Fontes Orais

Fazendeiro 1, entrevista concedida em cidade do interior de São Paulo, out. 2006.

Fazendeiro 2, entrevista concedida na cidade de São Paulo, nov. 2006.

Artigo recebido em 05.09.2008. Aprovado em 01.10.2008.